

1 **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**
2 **ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 01 DE JUNHO DE 2017**

3 **Abertura:** Ao primeiro dia do mês de junho de 2017 às 09:00 horas, teve início a
4 Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Santa Luzia. Estiveram
5 presentes os seguintes representantes: **Do Governo:** Mário Henrique Lima dos Santos,
6 Andrea Pinto Ramos. **Do Prestador:** Janilson Vaz. **Do Trabalhador:** Thiago Paulo
7 Costa, Cristiane Milena Magalhães, Sara Rodrigues Oliveira Caldas, Raquel Faria Herolt
8 dos Santos, Juliano Palmieri. **Do Usuário:** Maria Elizabeth da Silva, Divaldo Rodrigues
9 dos Santos, Hermógenes Rodrigues Teixeira, Divânia Martins Cordeiro, Maria das
10 Graças Alves e Silva, Sandra Antonina e Silva, Niuslene Rodrigues Asevedo, Raimundo
11 de Paula e Nelcina Maria Neto. O 1º Secretário Raimundo de Paula procedeu a chamada
12 e após a verificação do quórum declarou aberta a reunião. Após breve saudação aos
13 conselheiros e presentes deu início aos trabalhos do dia, esclarecendo que apesar de estar
14 acontecendo por convocação extraordinária, a reunião tem caráter Ordinário, porque
15 ocorre em substituição a reunião do dia 25 de maio, a qual não aconteceu por falta de
16 quorum. Em seguida abriu os **quinze minutos de Fala dos Usuários – 1º ponto da**
17 **pauta:** A Senhora Terezinha Oliveira Rocha falou da dificuldade de acessibilidade as
18 unidades de atendimentos no município, disse que gostaria que constasse em ata o apelo
19 da população quanto à necessidade de maior acessibilidade aos locais de atendimentos,
20 citou o local dos exames laboratoriais na Fazenda, falou da Clínica de Fisioterapia
21 Fisiodinâmica perto da Câmara, disse que ambos os locais são de difícil acesso a
22 deficientes ou a qualquer pessoa que esteja passando mal, além do fato de ser longe dos
23 pontos de transportes públicos. A Terezinha falou também sobre a dificuldade de se
24 conseguir alguns tratamentos, citou o caso de sua mãe que precisava fazer um DUPLEX
25 SCAM, e acabou falecendo sem conseguir realizar o exame, disse estar falando por
26 todos os usuários, e que só esta usando exemplo de situações pessoais porque pode
27 prová-las, e encerrou sua fala pedindo ao conselho que tome as providencias necessárias
28 no sentido de mudar o local de atendimento pra exames e a fisioterapia. O 1º Secretário
29 Raimundo de Paula esclarece que o correto seria que todas as Unidades tivessem total
30 acessibilidade a todos os Usuários, mas este é um problema mais difícil de solucionar,
31 então a solução mais adequada de momento seria uma atenção maior dos responsáveis
32 pelo encaminhamento e marcação das consultas e exames no sentido de avaliar as
33 condições e necessidades de cada paciente e encaminha-lo ao local de melhor acesso,
34 informa que já cobrou isto em outros momentos de discussão, mas estará encaminhando
35 a proposta da Terezinha. **2º Ponto de Pauta: Aprovação da Ata da Reunião**
36 **Ordinária do dia 27 de Abril de 2017:** O 1º secretário Raimundo de Paula abriu
37 discussão e em seguida colocou em votação a Ata da Reunião Ordinária do dia 27 de
38 Abril de 2017: A Ata foi aprovada por unanimidade. **3º Ponto de Pauta: Aprovação da**
39 **Mudança de Modalidade II para Modalidade I das Três Equipes de Saúde Bucal da**
40 **Estratégia de Saúde da Família:** A Scyomara Salomão Carvalho de Araújo, Diretora
41 em Odontologia do Município, explicou aos Conselheiros que a mudança de Modalidade
42 II para Modalidade I de Saúde Bucal e para atender as exigências do Governo Federal.
43 Que no modulo dois exige que se tenha espaço pra instalação de duas cadeiras de
44 Dentista e contratação de dois Técnicos, sem este espaço e os técnicos o município fica
45 descredenciado e não consegue receber os recursos da modalidade dois. Ressalta que o
46 município não tem condição de adequar ao modulo dois devido ao alto custo e ao fato da
47 unidade não possuir o espaço, e como o Município não esta adequado às normas acaba
48 não conseguindo receber os recursos. A Scyomara esclarece que como estamos
49 credenciados na modalidade dois e não foram implementadas as três equipes conforme
50 as exigências, é como se não tivesse funcionando e não recebemos pelo modulo. O

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like Scyomara, Terezinha, and others.

51 Conselheiro Raimundo pede maiores esclarecimentos a Scyomara, porque a seu ver o
52 município esta credenciado na modalidade dois que é uma modalidade avançada, e
53 mudar pra modadldade dois seria regredir, portanto o correto seria se adaptar a
54 modalidade dois. Scyomara explica que na Unidade de saúde Bucal não existe espaço
55 físico pra colocar duas cadeiras de dentista numa mesma sala de acordo com as
56 exigências da resolução, diz que simplesmente não temos o espaço, ressalta que a
57 mudança em termos de atendimento a comunidade não fará diferença, visto que o
58 atendimento continuará sendo o mesmo e com melhor qualidade. O Conselheiro
59 Raimundo questiona a Scyomara se o que ela esta afirmando é que vai cair de
60 modalidade dois pra modalidade um, mas o atendimento em termos de quantitativo e
61 qualidade continuará o mesmo? A Scyomara afirma que não haverá perda alguma, que
62 com a mudança poderá aumentar uma equipe, ter um profissional cirurgião dentista a
63 mais e inclusive ampliar o atendimento, porque é mais viável ter duas equipes completas
64 da modalidade um do que uma equipe na modalidade dois. Enfatiza que temos a
65 modalidade dois, mas, nunca recebemos por ela, com a modalidade um estaremos
66 regularizando a situação e recebendo os recursos. Após explanação e não havendo mais
67 questionamentos, o 1º Secretário colocou em votação a proposta de Mudança de
68 Modalidade II para Modalidade I das três equipes de Saúde Bucal da estratégia de saúde
69 da família, a proposta foi aprovada com 15 votos favoráveis e a abstenção do
70 Conselheiro Raimundo de Paula. **3º Ponto de Pauta: Aprovação de Implantação de**
71 **30 novas equipes de Saúde Bucal Modalidade I para ampliação do serviço no**
72 **Município:** A Scyomara explanou aos Conselheiros sobre o ponto de pauta. Após
73 explanação e sanadas algumas dúvidas dos Conselheiros, o 1º Secretário colocou em
74 votação a proposta de Implantação de 30 novas equipes de Saúde Bucal Modalidade I
75 para ampliação do serviço no Município, a proposta foi aprovada por unanimidade. **4º**
76 **Ponto de Pauta: Conferência Municipal de Saúde da Mulher de Santa Luzia,**
77 **Conferência Municipal de vigilância em Saúde de Santa Luzia e IV Plenária**
78 **Municipal de Saúde de Santa Luzia:** A Comissão Organizadora das Conferências
79 sugeriu a alteração no horário da Conferência Municipal de Saúde da Mulher de Santa
80 Luzia que seria de 08:00 às 17:00, para ser de 08:00 às 13:00. A Conselheira Divânia,
81 Coordenadora da Comissão Organizadora explicou aos Conselheiros que não havia
82 necessidade da conferência acontecer o dia todo e sim poderia acontecer de 08:00 às
83 13:00, conforme consentimento do Conselho Estadual, a proposta foi colocada em
84 votação e foi aprovada por unanimidade. A Conselheira Divânia também apresentou
85 proposta da Comissão Organizadora para redução da Plenária Municipal de Saúde que
86 estava prevista para os dias um e dois de julho, para ser realizada em apenas um dia.
87 Sem nenhuma objeção dos presentes, a proposta foi acolhida pela mesa diretora e
88 submetida a votação, sendo também aprovada por unanimidade. Em seguida discutiu-se
89 qual seria a data de realização da Plenária Municipal de Saúde, e foram apresentadas
90 duas propostas, a primeira do Conselheiro Raimundo que sugeriu o “domingo dia dois
91 de julho”, a segunda proposta da Conselheira Divânia que sugeriu o “sábado dia
92 primeiro de julho”. Submetidas a votação a proposta do Conselheiro Raimundo recebeu
93 somente seu próprio voto, e a proposta da Conselheira Divânia recebeu quinze votos,
94 ficando assim aprovado o dia primeiro de julho em horário de 08:00 às 17:00 para
95 realização da IV Plenária Municipal de Saúde de Santa Luzia. **5º Ponto de Pauta:**
96 **Esclarecimentos sobre a constante ausência de medicamentos na farmácia do**
97 **Município:** O 1º Secretario Raimundo de Paula, informou que solicitou o ponto em
98 atenção ao fato de que em todas as reuniões são acolhidas reclamações sobre a ausência
99 de medicamentos na Farmácia Municipal, bem como em toda reunião dá-se a resposta
100 de que o problema esta sendo sanado, sob alegações de que já compraram, já licitaram,

100

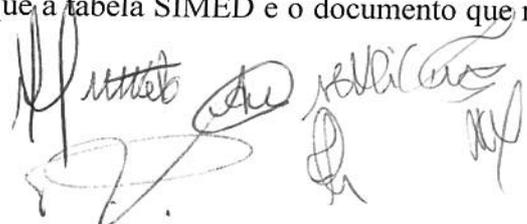
100

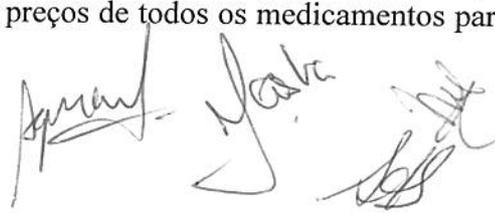
[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

101 que já esta chegando uma carga de medicamentos, mas apesar de todas as explicações a
102 ausência dos medicamentos são uma constante na Farmácia Municipal, onde na maioria
103 dos casos os funcionários não conseguem sequer dar uma explicação de quando poderá
104 ter os medicamentos em falta. O Conselheiro Raimundo informa que o que esta
105 solicitando e uma informação de fonte segura sobre o que esta acontecendo e o porquê
106 da constante falta de medicamentos? Ana Paula, Diretora de assistência Farmacêutica,
107 relata que o problema é devido à crise nacional, diz que o Estado é o maior fornecedor
108 de medicamentos, e que o município compra através de ata do Estado, só que o Estado
109 está literalmente quebrado e não tem pago os fornecedores, os quais, não estão
110 fornecendo, lembrou que nós fizemos a adesão pra aquisição de medicamentos através
111 da Ata do estado, e que mesmo o Município propondo a compra em separado e
112 informando que se responsabiliza pelo pagamento, ainda que o valor da compra em
113 separado seja maior que o valor da Ata do Estado, os fornecedores estão se recusando e
114 entregar como forma de pressionar o Estado a pagar o que deve. Ana Paula fala da
115 resolução que determina que o Estado deve dar ao Município uma contrapartida de
116 R\$3,35 percapta, e que o Município fez a adesão ao Estado porque nos outros modelos a
117 contribuição é de apenas R\$2,50 percapta, só que até maio o Estado depositou na conta
118 do Município apenas R\$53,000,00 e não esta pagando aos fornecedores. Ana Paula
119 relatou que esteve em reunião com o Estado na segunda feira e eles disseram que estão
120 devendo 32 bilhões e ainda estão pagando as notas de julho, que já estão quebrando a
121 terceira grande distribuidora por não ter como pagar. Na Paula reforça que mesmo
122 informando que o pagamento será feito pelo município, uma forma que os fornecedores
123 encontraram de pressionar o Estado a pagar o que deve e não entregando os
124 medicamentos, diz que esta a disposição dos conselheiros todos os pedidos que estão
125 sendo feitos. Ana relata ainda que de acordo com a resolução do estado o Município só
126 poderá comprar em separado da Ata do Estado se comprar com preço inferior, o que é
127 impossível conseguir já que o Estado compra em grandes volumes e o município
128 compraria em pequenos volumes se comparado ao Estado. Ana Paula volta a dizer que
129 tem pedidos de janeiro e de março mas, os fornecedores não entregam, por outro lado o
130 município poderia comprar de outros fornecedores mas não consegue efetuar a compra
131 porque não consegue preços mais baixos que os da Ata do Estado. O Conselheiro
132 Janilson Vaz faz os seguintes questionamentos, se em caráter emergencial o Município
133 não poderia aderir a algum registro de preços de fora de Minas Gerais? Se os Municípios
134 que não recebem os medicamentos mas possuem caixa poderiam se unirem através do
135 COSEMS pra fazer um processo de Consórcio pra ter um subsídio jurídico maior numa
136 defesa com os procuradores e tentar uma compra até mesmo com os fornecedores
137 regionais? Janilson conclui perguntando se isto esta sendo tentado? Ana Paula responde
138 que como hoje no Município já tem tabela vigente de medicamentos da tabela da
139 SIMED, teoricamente os fornecedores teriam que entregar todos os medicamentos da
140 tabela, desde que: similares ou genéricos, que poderíamos até tentar a aquisição via
141 outros fornecedores, mas, o atual poderia entrar com impugnação, o que causaria uma
142 briga jurídica de longo prazo, poderia até tentar mas a briga jurídica demoraria mais do
143 que fazer um parecer jurídico para o tribunal de contas informando que estamos
144 desabastecidos e se é melhor os Luzienses sofrerem as consequências, ou neste momento
145 o Município poder adquirir os medicamentos acima do preço da Ata do Estado, diz que
146 já esta em conversa com o jurídico do Município a fim de tentar resolver isto. Também
147 esta verificando se seria interessante para o Município verificar possibilidade de adesão
148 ao Consorcio SISMEP de Betim, no qual os preços também são mais baratos, mas estão
149 verificando se é mais vantajoso para o Município e se não vamos pagar mais. Explica
150 que a tabela SIMED e o documento que regula preços de todos os medicamentos para o

BB









151 consumidor e preço máximo para o governo, e a tabela pode ser encontrada no site do
152 Governo. A Conselheira Sandra Antonina e Silva, diz que de fato estamos em crise e que
153 a crise é geral, mas o que se vê na Saúde em Santa Luzia e regressão, e são vários
154 setores. Dai a atitude seria a Farmácia trazer uma proposta pra resolver, mas ela esta só
155 explicando a crise que esta passando, que estão discutindo preços enquanto deveria
156 discutir vida, e se passar a discutir vida vai chegar lá, é só pensar um pouco. Ana Paula
157 diz que já solicitou parecer jurídico informando que pode fazer a compra em outros
158 termos, e então será feito se for possível, e já está fazendo petição neste sentido.
159 Raimundo diz que sempre teve alguma ausência de medicamentos, mas quando fazia
160 compra direta a ausência era menor, depois que passou a comprar juntamente com o
161 Estado a ausência de medicamentos tem sido maior. Nós aderimos ao Estado, mas, com
162 a liberdade do Município pra comprar, e se os fornecedores podem nos obrigar
163 juridicamente a permanecermos vinculado a eles, eles juridicamente são obrigados a nos
164 atender. Se não forem capazes de nos atender temos todo o direito juridicamente de nos
165 desvincularmos deles, porque estamos entendendo que nosso problema não é
166 necessariamente a ausência de recursos, e sim de quem nos forneça. Ana Paula diz que
167 temos a primícia de desvincular do Estado enquanto agente centralizador, mas se
168 desvincular perdemos a verba, e apesar de eles não estarem mandando o dinheiro o
169 Município vai correr atrás, e não estamos no momento de perder a verba, e além de
170 perder a verba teremos que comprar muito mais caro e ainda termos que explicar ao
171 Tribunal de Contas e ao Estado porque estamos comprando mais caro, além de perder a
172 verba do Estado. Não havendo mais questionamentos a Mesa dá por encerrada a
173 discussão sobre este ponto de pauta e passa diretamente ao ultimo ponto, **Informes**
174 **Gerais:** A Conselheira Divânia informa que o Conselho recebeu um comunicado do
175 Conselho Estadual de Saúde e do Ministério da Saúde determinando que o Conselho
176 Municipal de Saúde dar publicidade as atas, e que diante disto conseguiu com o
177 departamento de comunicação da prefeitura a abertura de um espaço no site do
178 município pra divulgar os expedientes do Conselho Municipal de Saúde de Santa Luzia.
179 Não havendo nada a mais ser discutido a Vice Presidente agradeceu a presença de todos
180 e assim foi encerrada a reunião, da qual eu, Raimundo de Paula, 1º Secretário, lavrei a
181 presente ata, a qual será submetida à apreciação e assinatura dos Conselheiros na
182 próxima reunião. **Santa Luzia, 1º de junho de 2017.**

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there are two distinct signatures. In the center, there is a large, stylized signature that appears to be 'Raimundo de Paula'. To its right, there are several smaller, less legible signatures and initials. On the far right, there is a signature that looks like 'Apucarana' and another that looks like 'Yash'. Below these, there are more scattered initials and a large, simple signature on the right side.